

Racionalizando atribuições na área da dívida

A iniciativa do presidente da República de criar uma comissão de assessoramento de alto nível para a renegociação da dívida externa é uma nova experiência, que pode ser considerada como um desdobramento da estratégia adotada desde que o País resolveu suspender os pagamentos dos juros sobre a dívida de longo prazo. Como se recorda, antes de iniciar as negociações com os bancos internacionais, o governo procurou, através do ministro da Fazenda, manter contatos diretos com os governos dos países industrializados, com o objetivo claro de convocá-los para colaborar no processo. A comissão será presidida pelo ministro da Fazenda e contará com a participação de oito membros do governo, tendo como seu representante externo um embaixador extraordinário para assuntos da dívida.

A escolha para esse posto recaiu sobre o ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, hábil e experimentado diplomata, que terá a incumbência de transmitir o ponto de vista do governo brasileiro aos países credores. Trata-se de uma importante inovação, uma vez que, até aqui, embora o Ministério

das Relações Exteriores tenha auxiliado nas negociações com os credores, o seu papel foi, no máximo, de coadjuvante. Agora, o Itamaraty engaja-se nas negociações relacionadas à dívida externa com responsabilidades definidas.

O principal ator continua a ser o ministro da Fazenda, com a assistência do presidente do Banco Central e suas respectivas assessorias. As autoridades monetárias deverão continuar mantendo conversações com representantes de governos estrangeiros, notadamente aquelas ligadas diretamente à área econômica. Mas Saraiva Guerreiro, como embaixador extraordinário, conduzirá os entendimentos pela via diplomática, em contato com as chancelarias dos países estrangeiros, encarregando-se também, quando necessário, de missões específicas.

Com isso, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central serão poupados de um trabalho desgastante, dada a sua posição. A instituição da Comissão Presidencial para Negociação da Dívida Externa deixa também

perfeitamente claro que a postura adotada pelo Brasil nesse campo não depende da concepção de um ministro, especificamente o da Fazenda, e de seu modo pessoal de proceder. Trata-se de uma decisão do governo, agindo sob a orientação expressa do presidente José Sarney.

Sendo o regime brasileiro presidencialista, essa afirmação pode parecer redundante, mas é preciso ter em mente a praxe adotada pelo País em passado recente quanto às negociações da dívida externa, sempre a cargo, nos governos militares, dos ministros da Fazenda e do Planejamento, funcionando o presidente do Banco Central como principal assessor e porta-voz. Não faz muito tempo, os presidentes do Banco Central passavam meses fora do País, não só em negociações com os credores, em consulta com o governo brasileiro, mas também em palestras em universidades, conversações com personalidades políticas influentes, etc. Enquanto isso, questões específicas de sua área, relativas à economia interna, permaneciam aguardando o seu retorno. Com a nova divisão de atribuições, espera-se que isso

deixe de ocorrer, tanto mais porque Guerreiro terá como companheiros três outros diplomatas de carreira, capazes de desincumbir-se de tarefas antes atribuídas quase exclusivamente ao presidente do Banco Central ou a altos funcionários subordinados à Fazenda.

A constituição de uma Comissão Presidencial para Assuntos da Dívida Externa pode significar uma abertura também em outro sentido. O presidente deverá dispor, ao que se supõe, de um maior volume de informações retratando impressões colhidas nos diversos setores que influenciam a direção da política nos países industrializados.

Mas, enfim, trata-se de uma experiência que só a prática dirá se funcionará a contento. Representantes de bancos credores têm afirmado que preferem negociar com uma só pessoa, habilitada a falar em nome de um país devedor. Mas não nos parece que haja problemas a esse respeito, desde que os emissários do governo brasileiro, nos vários foros em que se discutem as questões ligadas ao endividamento, falem com uma só voz.